

**PROJETO DE LEI N. 10.099/2006. -****A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,****APROVA:****Institui a Feira Pôr-do-Sol.**

**Art. 1.º** Fica instituída a **Feira Pôr-do-Sol**, destinada à comercialização dos seguintes produtos:

- I – ovos;
- II – grãos e féculas;
- III – laticínios;
- IV – flores, plantas e sementes;
- V – artigos de mercearia;
- VI – pescados;
- VII – frios, embutidos, carnes secas e derivados;
- VIII – frutas, verduras, legumes, tubérculos, bulbos e raízes;
- IX – cereais;
- X – armarinhos, calçados, confecções e miudezas;
- XI – artesanatos em geral;
- XII – produtos alimentícios típicos ou caseiros;
- XIII – doces, salgados e refrigerantes.

**Art. 2.º** A Feira Pôr-do-Sol funcionará de segunda a sexta-feira, das 17 às 21 horas, nos seguintes locais:

- I – segunda-feira: Avenida Dr. Gastão Vidigal – Praça Salgado Filho e Rua Pioneiro Bruno Bluthgen – Jardim Alvorada III;



II – terça-feira: Avenida São Judas Tadeu – Conjunto Hermann Moraes de Barros e Praça Heitor de Alencar Furtado – Conjunto Inocente Villanova Júnior (Borba Gato);

III – quarta-feira: Rua das Araras – Conjunto Sanenge, Avenida Morangueira x Rua Leonor de Held e Avenida Osíres Stenghel Guimarães – Jardim Liberdade;

IV – quinta-feira: Avenida Pioneiro Alício Arantes Campolina – Jardim Real, Rua Evaristo da Veiga x Rua Floriano Peixoto e Rua José Firmino Barbosa – Vila Nova;

V – sexta-feira: Avenida Tuiuti x Rua Rio Guandu – Jardim Oásis e Avenida Mandacaru x Rua Farmacêutico Luiz Andrade.

**Art. 3.º** Será permitida a entrada de veículos no local destinado à comercialização, para o transporte de mercadorias, no período entre as 16 e as 17 horas, ao término do qual todas as barracas deverão estar instaladas, abastecidas e convenientemente arrumadas, de forma que o público consumidor possa ser atendido logo após a abertura da feira.

**Art. 4.º** As barracas deverão, obrigatoriamente, ser instaladas nos dias estabelecidos para o funcionamento da feira, não sendo admitida a ausência do feirante, salvo por motivo devidamente justificado.

**Art. 5.º** A área da feira deverá ser desocupada até às 22h30min, no máximo, cabendo aos feirantes deixar o local limpo.

**Art. 6.º** As barracas para a exposição de mercadorias deverão atender às seguintes exigências:

I - estar em boas condições de uso e convenientemente pintadas, com suas coberturas limpas e em bom estado de conservação, nas dimensões de 2,50m x 1,50m, exceto a de salgados, que terá 4,00m x 4,00m;

II - serem colocadas lado a lado, com distância de 1,00m umas das outras;

III - serem mantidas limpas e com bom aspecto.

**Art. 7.º** As barracas serão padronizadas, conforme modelo definido por uma comissão provisória, constituída especialmente para esse fim, para um período de 30 (trinta) dias.

**Art. 8.º** O feirante iniciante deverá ficar na extremidade da feira, seguindo as demais normas vigentes.



**Art. 9.º** As barracas localizadas nas extremidades da feira deverão deixar espaço livre para entrada e saída de veículos, como medida preventiva para possíveis emergências.

**Art. 10.** As barracas e mercadorias deverão ser colocadas de modo a:

I - não interromper o trânsito de pedestres e as entradas e saídas de veículos das residências, defronte das quais estiverem locadas;

II - não danificar jardins, calçadas ou outros logradouros públicos;

III - serem mantidas a uma distância mínima de 1,00m do muro do imóvel defronte ao qual estiverem localizadas.

**Art. 11.** Iniciada a comercialização na feira, será vedado o ingresso no local de veículos transportadores de mercadorias.

**Art. 12.** Encerradas as atividades comerciais, os veículos poderão ingressar no local onde as barracas estiverem localizadas, para a retirada de mercadorias e instalações, demorando-se somente o tempo suficiente para fazê-lo dentro da ordem disciplinar.

**Art. 13.** Além das disposições acima estabelecidas, deverão ser observadas as seguintes normas quanto à comercialização na Feira Pôr-do-Sol:

I - as barracas somente poderão funcionar após vistoria e concessão da respectiva licença;

II - as barracas deverão ser impermeabilizadas, com material adequado que facilite a limpeza;

III - as barracas deverão ser providas de cobertura para a proteção dos gêneros alimentícios contra os raios solares, chuvas e outras intempéries;

IV - nenhum produto poderá ser exposto à venda colocado diretamente sobre o solo;

V - as barracas ficam obrigadas ao uso de coletores de lixo;

VI - deverão ser mantidos resfriados, nas temperaturas exigidas, os alimentos obrigados a este tipo de conservação;

VII - a comercialização de pescados, carnes e produtos de laticínios deverá atender às regras ditadas pela Vigilância Sanitária, quando necessária a sua refrigeração;



VIII - não será permitida a fabricação de alimentos no local da feira;

IX - as balanças para pesagem de mercadorias deverão ser eletrônicas e aferidas pelo Inmetro, sujeitas à fiscalização anual;

X - o lixo produzido pelas barracas não poderá ser depositado sobre os logradouros públicos em geral;

XI - os feirantes deverão usar jaleco e boné ou touca durante a comercialização dos produtos, sendo permitido o patrocínio comercial, vedada a publicidade de cigarros, bebidas, com fins políticos ou temas que agredam a moral da população.

**Art. 14.** Somente poderão comercializar na Feira Pôr-do-Sol os feirantes que obtiverem licença expedida pela Administração Municipal.

**Parágrafo único.** A inobservância do estipulado neste artigo, além de multa, sujeitará o infrator ao embargo de suas atividades e à apreensão dos produtos expostos à comercialização.

**Art. 15.** Para obtenção da licença, os interessados deverão apresentar à Administração Municipal:

I - requerimento escrito;

II - laudo da Vigilância Sanitária.

**Art. 16.** A Administração Municipal, através de seu órgão competente, procederá à avaliação dos locais em que serão incluídos os novos feirantes, de acordo com a necessidade do seu produto.

**Art. 17.** No alvará de licença para comercialização na Feira Pôr-do-Sol constarão os seguintes dados e informações:

I - número do livro e da folha do registro;

II - número de barracas;

III - número de inscrição;

IV - número do protocolo e data do requerimento;

V - nome e endereço do feirante;

VI - ramo de comércio;

VII - roteiro de trabalho.



**Art. 18.** A produção e a comercialização de alimentos a serem consumidos no local deverão estar de acordo com a legislação vigente e dependerão de autorização concedida pelo órgão competente da Municipalidade.

**Art. 19.** As licenças serão afixadas em local visível e acessível à fiscalização, devendo ser revalidadas anualmente, sob pena de multa, sem prejuízo das demais cominações legais.

**Art. 20.** A alteração do licenciamento concedido, seja quanto à localização da barraca ou quanto à alteração dos produtos comercializados, deverá ser requerida expressamente à Administração Municipal.

**Art. 21.** Em caso de extravio da licença, deverá o feirante requerer a expedição de segunda via, mediante requerimento endereçado à Administração Municipal, acompanhado de comprovante da publicação do aviso de extravio em jornal local.

**Art. 22.** Ao feirante acometido de doença grave, devidamente comprovada por laudo médico, será concedido o afastamento, reservando-se o respectivo lugar que ocupa, pelo prazo de até 06 (seis) meses, cabendo ao mesmo, quando retornar, comprovar estar em perfeitas condições de saúde, mediante apresentação de documento hábil.

**§ 1.º** Ultrapassado o prazo previsto neste artigo, o feirante somente poderá reiniciar suas atividades no extremo da feira.

**§ 2.º** Tratando-se de doença incurável, falecimento ou invalidez, abrir-se-á vaga para a ocupação do local, dando-se preferência aos seus descendentes, ascendentes e colaterais, nesta ordem.

**Art. 23.** O feirante poderá requerer afastamento temporário de suas atividades, por um período máximo de 30 (trinta) dias, em cada exercício financeiro, sem prejuízo do licenciamento concedido.

**Art. 24.** O feirante que tiver 03 (três) faltas consecutivas sem prévia justificativa terá sua barraca transferida para o final da feira.

**Art. 25.** O não comparecimento na feira por um período superior a 120 (cento e vinte) dias corridos ensejará o cancelamento do licenciamento do feirante, independentemente da quitação das taxas devidas.

**Art. 26.** É expressamente proibido ao feirante:

I - comercializar o seu licenciamento;

II - transferir o local da barraca sem anuência da Administração Municipal;



III - vender bebidas alcoólicas no interior da feira;

IV - empregar jornais velhos ou quaisquer impressos para embrulhar gêneros alimentícios que fiquem diretamente em contato com esses invólucros;

V - vender produtos inflamáveis ou explosivos;

VI - utilizar a barraca para vender gêneros ou mercadorias que não estejam previstos em seu licenciamento;

VII - utilizar caixas com mercadorias como parte integrante das barracas em frente às mesmas.

**Art. 27.** A Associação da Feira Pôr-do-Sol, entidade responsável pela organização e coordenação da feira, será administrada por uma Diretoria composta de um Presidente, um Vice-Presidente, 1.º Secretário, 2.º Secretário, 1.º Tesoureiro e dois suplentes, além do Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 02 (dois) anos.

**Art. 28.** Não será permitida a entrada de vendedores ambulantes na feira, tampouco o comércio de alimentos caseiros ou artesanais que não estejam legalizados pela Secretaria Municipal da Saúde.

**Art. 29.** Os feirantes deverão contribuir com uma taxa mensal, cujo valor será apurado em sistema de condomínio, para custear as despesas administrativas e operacionais da feira.

**Art. 30.** A Associação da Feira Pôr-do-Sol solicitará à Companhia Paranaense de Energia – COPEL – o fornecimento de energia elétrica para os feirantes, que, na forma de rateio, pagarão mensalmente, na proporção de seus gastos, o valor debitado pela Companhia, não cabendo ao Município o ônus desta despesa.

**Art. 31.** A Associação da Feira Pôr-do-Sol também promoverá a contratação de seguranças para atuar durante a feira, ficando o custo deste serviço a cargo dos feirantes, em sistema de rateio.

**Art. 32.** Será permitida a utilização de veículos automotores do tipo *trailer* na Feira Pôr-do-Sol.

**Parágrafo único.** A permissão expressa no *caput* aplica-se tão-somente ao transporte e comercialização de produtos que necessitem de refrigeração, sendo que as medidas dos veículos deverão estar em conformidade com o disposto no artigo 5.º do Regulamento da Feira Livre.



**Art. 33.** Também será permitida a realização de *shows* e atrações artísticas em geral na Feira Pôr-do-Sol, desde que devidamente autorizados pelo órgão competente da Municipalidade.

**Art. 34.** À Administração Municipal competirá a expedição, nos termos legais, da autorização para o funcionamento da feira.

**Art. 35.** O agente fiscal designado pela Municipalidade deverá:

I - permanecer no recinto da feira durante o tempo de seu funcionamento, observando e fazendo observar as disposições regulamentares;

II - fiscalizar e examinar os produtos, mandando retirar os que julgar impróprios ao consumo, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

**Art. 36.** Caberá também à Administração Municipal proceder à limpeza da área ocupada pela feira, ao término desta.

**Art. 37.** Não será concedida licença para a comercialização de produtos que não se coadunem com as finalidades da Feira Pôr-do-Sol.

**Art. 38.** Toda mercadoria exposta à venda na Feira Pôr-do-Sol deverá ser de boa qualidade e devidamente protegida contra contaminações.

**Art. 39.** O Chefe do Executivo Municipal regulamentará a presente Lei.

**Art. 40.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Plenário Vereador Ulisses Bruder**, 28 de setembro de 2006.

  
**DORIVAL DIAS**  
Vereador-Autor